

DEVOLUTIVAS DE CONHECIMENTO SOBRE QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PÓS-GRADUANDOS DO BRASIL E DO BENIN

Elizângela Cardoso de Araújo Silva¹

PPGSS-Universidade Federal de Pernambuco

elicardosoaraujo17@gmail.com

Codjo Olivier Sossa²

PIMES-Universidade Federal de Pernambuco

oliviersossa@gmail.com

Orientadora: Professora Dra. Maria das Graças e Silva³

PPGSS-Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: A formação de novos quadros de pesquisadores no Brasil passa por diversos processos de transformações sociais. Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre o processo de devolutiva de conhecimento dos autores deste texto. A metodologia utilizada para esta escrita é relato de experiência envolvendo a sistematização de conclusões parciais sobre a importância de realizar ações devolutivas das pesquisas universitárias com os sujeitos envolvidos. Consideramos que a ampliação das políticas de ensino superior; as contradições que a acompanham na realidade brasileira possibilitaram a presença, de sujeitos de diferentes povos e etnias nas universidades e em diferentes áreas do conhecimento. Este trabalho vem apresentar reflexões sobre o compromisso social dos pesquisadores universitários no Nordeste do Brasil, uma de origem indígena latino-americana e outro de origem africana. Este trabalho trata de iniciativas voltadas ao fortalecimento da organização social de indígenas do povo Pankararu da aldeia Bem Querer, no Sertão de Pernambuco a partir do planejamento e execução de atividades de formação socioeducativas realizadas por dois pesquisadores da UFPE.

Palavras-chave: Devolutiva, Organização Social, Questão Étnico-Racial, Nordeste do Brasil, Benin.

¹ Indígena etnia PANKARARU da Aldeia Bem Querer de Cima, Sertão de Pernambuco. Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

² Beninense da etnia ADJA, Estatístico, Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Doutorando em Estatística/Economia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

³ Assistente social, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade pública tem a função muito importante de produzir e difundir conhecimento. Neste trabalho serão apresentados os processos metodológicos das atividades realizadas na aldeia Bem Querer de Cima. Com base no diálogo entre elementos empíricos da vivência particular dos autores e elementos de pesquisas realizadas sobre o tema, o texto pretende chamar a atenção para as demandas da relação entre universidades, produção da pesquisa e comunidade.

Desse modo, apresentamos uma metodologia construída pelos autores (uma assistente social e um estatístico economista) para a realização de atividades durante o trabalho de campo. As mudanças reais, objetivas e subjetivas impostas às populações indígenas e às populações vindas da África para o Brasil no período da colonização, levaram a um processo de apagamento cultural e impedimentos de participação política e social dessas populações na dinâmica geral da sociedade brasileira. Considera-se que os processos de organização social, fortalecimento do conhecimento político e melhorias das condições materiais favoreceram conquistas de muitos direitos sociais hoje reconhecidos pelo sistema jurídico brasileiro.

A metodologia envolve uma análise de uma realidade particular; uma análise de um “Estudo de Caso” (Laville & Dionne, 1999). Durante o ano de 2018 foram realizadas quatro atividades socioeducativas na aldeia: duas oficinas, duas rodas de conversa. Este ano ainda serão realizadas mais três atividades pelos pesquisadores, todas como eventos de extensão da UFPE.

As atividades realizadas tinham com objetivo geral, criar espaços de socialização dos conhecimentos adquiridos na Universidade e realizar o planejamento de novas atividades voltadas ao fortalecimento da organização social local.

No primeiro tópico serão apresentadas reflexões sobre a função social da universidade e em seguida, relato da experiência de diálogo e criação de espaços sócio educacionais junto aos indígenas Pankararu. Também são apresentadas reflexões sobre a questão étnico-racial no Benin, na busca por interlocução do conhecimento entre diferentes experiências de organização social e de auto reconhecimento identitário de diferentes povos.

2. A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A universidade e o sistema de educação superior brasileiro vivem o desafio constante de possibilitar, de forma cada vez mais ampla e democrática, a formação de novos pesquisadores. É exatamente o desafio da democratização que direciona os espaços institucionais a refletirem o compromisso social que deve acompanhar a formação profissional.

Considerando que o Brasil é marcado por uma formação histórico-social baseada na desigualdade social, refletir sobre as possibilidades de ruptura dessa realidade em âmbito institucional e na reconstrução de políticas públicas é uma importante tarefa para os sujeitos que tornam a universidade como espaço efetivamente plural e democrático.

Por essas questões, a interlocução entre relato de experiência e aproximações teóricas é uma tarefa reflexiva importante para a direção da renovação dos quadros de pesquisadores no espaço universitário.

Nesta realidade contraditória também vivemos transformações positivas que possibilitam fazer novas escolhas sobre os processos de formação humana sem romper ou destruir com a nossa condição étnica. Entre as diferentes mudanças normativas desencadeadas a partir da década de 1988, por meio das reivindicações realizadas pela força da ampliação da organização indígena e de setores de proteção aos direitos indígenas, nasce a possibilidade de participação social de indígenas na definição e execução de políticas educacionais diferenciadas. Isso se torna uma realidade articulada a novos caminhos de formação profissional possibilitada através da ampliação do ingresso de indígenas no ensino superior. No entanto, o ingresso de indígenas na Universidade brasileira ainda é um desafio para a sociedade. Segundo Araújo (2006) nos anos 2000:

[...] no campo da educação indígena [...] algumas universidades começam a delinear programas de cotas para o ingresso de estudantes indígenas em seus cursos, como é o caso, por exemplo, da Universidade de Brasília (UnB). Muito embora a implantação de cotas, como política de ação afirmativa, seja alvo de grandes polêmicas no país neste momento, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes, ressalta que “os partidários das Ações Afirmativas justificam sua adoção com o argumento de que esse tipo de política social seria apta a atingir uma série de objetivos que restariam normalmente inalcançados caso a estratégia de combate à discriminação se limitasse à adoção, no campo normativo, de regras meramente proibitivas de

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

discriminação. Numa palavra, não basta proibir, é preciso também promover, tornando rotineira a observância dos princípios da diversidade e do pluralismo, de tal sorte que venha a operar-se uma transformação no comportamento e na mentalidade dos membros da sociedade, cujos 'mores' são fortemente condicionados pela tradição, pelos costumes, pela história" (ARAUJO, 2006, p. 67).

A discriminação étnico-racial é um entre os diversos problemas enfrentados pelas populações indígenas e negras no Brasil nos espaços institucionais. Ainda persistem as expectativas sociais de que indígenas deixem de ser indígenas e passem a integrar a realidade brasileira assumindo uma vida homogeneizada tipicamente capitalista. A partir disso, persiste uma visão estereotipada do "índio" como um indivíduo que deve manter-se isolado ou uma visão preconceituosa que ao identificar o ingresso de indígenas em outras dinâmicas como a da vida urbana, por exemplo, trata-lo como não "índio". Essas questões culturais prejudicam a inserção de indígenas no ambiente universitário.

Sobre este tema, basta observar o número ainda bem restrito de profissionais indígenas com nível universitário hoje no Brasil para verificarmos que, em não havendo uma ação maciça deste tipo, ainda vai levar muito tempo para que os índios consigam superar o abismo que os separa dos demais segmentos da sociedade brasileira. Algumas iniciativas pontuais e pioneiras têm conseguido fazer a diferença num país onde ainda tão poucos se preocupam com isso, merecendo todo o apoio e reconhecimento (ARAUJO, 2006, p. 68).

Essas questões são produto da nossa formação histórico social. Porém, a história da humanidade é muito dinâmica. Temos a possibilidade de transformar essa situação a partir de reflexões e tomada de decisões coletivas a partir da identificação das principais dificuldades que persistem no tempo.

A Universidade pública carrega em si uma função muito importante: produzir e difundir conhecimento. Para isso, necessita multiplicar e diversificar tecnologias produção de pesquisa e de divulgação.

3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

As redes étnicas resultam do estabelecimento de laços interpessoais entre os membros de uma mesma categoria étnica, criando laços de solidariedade e padrões de interação social que geram obrigações morais e sociais entre os indivíduos a ela pertencentes (SOUZA, 2012, 69).

Neste tópico serão apresentados os processos metodológicos das atividades realizadas na aldeia Bem Querer de Cima. Trata-se de um relato intercultural de experiência da atuação de dois estudantes de pós-graduação de dois países, uma do Brasil e outro do Benin.

Com base no diálogo entre elementos empíricos da vivência particular dos autores e elementos teóricos de pesquisas realizadas sobre o tema, o texto pretende chamar a atenção para as demandas históricas da relação entre universidade, produção da pesquisa e comunidade. Desse modo, apresentamos uma metodologia construída pelos autores (uma assistente social e um estatístico economista) para a realização de atividades durante o trabalho de campo.

A concepção de “organização social” aqui apresentada, parte da interpretação resultante de um trabalho cotidiano, próprio do exercício profissional dos autores envolvidos. Significa dizer que, organização social refere-se à capacidade de determinados grupos sociais criarem vínculos organizativos locais, autônomos ou não, que atuem em diversos processos de decisão e intervenção social: planejamento, execução e avaliação de atividades com vistas a conquistar benefícios sociais coletivos.

3.1 Considerações sobre indígenas e a questão étnico-racial no Brasil

Levando em consideração as mudanças reais, objetivas e subjetivas impostas às populações indígenas e às populações vindas da África para o Brasil no período da colonização, a partir de uma síntese de todo processo de apagamento cultural e impedimentos de participação política e social dessas populações na dinâmica geral da sociedade brasileira, considera-se que os processos de organização social, fortalecimento do conhecimento político e melhorias das condições materiais favoreceram conquistas de muitos direitos sociais hoje reconhecidos pelo sistema jurídico brasileiro.

A realidade indígena brasileira é muito diversa. O próprio termo “índio” não dá conta da multiplicidade de culturas e vidas étnicas existentes em nosso país. Mesmo após séculos de políticas indigenistas preconceituosas, ofensivas, baseadas no aldeamento para a dominação e subalternidade, ações de natureza integracionistas e assimilacionistas que geraram a devastação radical, física e cultural dos nossos povos, marcaram o lugar dos povos originários no território nacional: do esquecimento e da destruição.

Os povos originários passaram por diversas transformações culturais, eram socialmente divididos entre “bravos” e “aliados”, depois entre “puros” e “aculturados”. Fomos forçados a abandonar nossas línguas e tradições para assimilar uma nova cultura ou integrar na cultura do não índio.

Essa realidade histórica provocou tanto a fixação de povos em determinados territórios, como esfacelamento de determinados grupos com miscigenação imposta, migrações compulsórias, fugas e reconstrução de moradas. Mesmo assim, muitos grupos resistiram, incorporando elementos diversos da cultura externa. Essas mudanças não apagam todos os traços étnicos identitários dos povos indígenas no Brasil.

De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio, a população Pankararu possui aproximadamente 9.000 mil índios, distribuída entre as 15 aldeias (pequenas comunidades rurais), maior parte, dentro do território Pankararu. No Agreste e Sertão do estado de Pernambuco atualmente estão distribuídos um total de 12 povos indígenas, distribuídos em vários municípios, entre eles a etnia Pankararu, cuja população habita uma área localizada entre os municípios de Petrolândia, Jatobá e Tacaratu, sertão Pernambucano. A situação Fundiária do povo Indígena Pankararu foi Homologada/Registrada pelo Decreto 94.603 de 14/07/1987. Sua extensão é de 7.750 hectares na região “entre serras” e 8.100 hectares em todo território Pankararu⁴.

3.2 Breve apresentação do processo de colonização em Benin (1851-1960)

No século XVIII, há uma proliferação de guerras entre o reino de Daomé e o reino ioruba de Oyo. A população “Fon” é obrigada a pagar este tributo no início do século XIX, obtendo o monopólio do tráfico de escravos. De 1818 a 1858, durante seu reinado de quarenta anos, o difícil jugo do rei Ghezo Dahomey Oyo, mas os expansionistas serão esbarrados na resistência de Abeokuta. Reformou a administração e fundou a riqueza do país, após a abolição da escravatura, na agricultura. Em 1851, o rei Ghezo assina um tratado de comércio e amizade com a França. O rei Glélé (1858-1889) cede aos franceses o território de Cotonou, onde instalam grandes casas de comércio. Em novembro de 1892, o filho de Glélé, Behanzin, que estava determinado a não deixar a influência francesa se desenvolver, não pode resistir à força expedicionária francesa (com 3000 homens), entraram em Abomey.

⁴ Fundação Nacional do Índio.

De 1897 e 1898, houve acordos franco-alemães e depois franco-ingleses delimitam as fronteiras. Em 1900 houve deposição do rei Agoli-Agbo, que os franceses haviam colocado no trono de Abomey e a colônia evoluiu do status de protetorado para a integração, em 1904, para a África Ocidental Francesa. Até 1947, havia 26 governantes entre o início da colonização e 1947, o que reflete o caráter turbulento do sul da colônia, rápido para denunciar os erros e abusos da administração colonial.

3.3 Panorama racial e étnica em Benim

No Benin, a questão racial não é uma realidade idêntica àquela que observamos na Europeia, no Brasil e outros países no mundo. A maturidade de aceitar outro sem distinção de sexo de religião e de raça determina quanto mais aquele país tem oportunidades de interagir e facilitará também as relações entre nações. Geralmente esta questão racial se localiza mais nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento (caso do Brasil) onde os pretos são considerados como uma “raça” inferior e sempre é tratada de forma diferente dos brancos. Então a discriminação racial deve ser combatida de forma mais eficiente que possível no mundo porque o ser humano merece respeito e liberdade nesta questão.

Em relação a etnia, desde o período pré-colonial passando pelo período colonial e pós colonial, o Benin preservou o caráter multiétnico. Além da língua francesa imposto pelo colonizador (França) que é a língua oficial do trabalho. Nenhuma restrição foi feita sobre o uso das línguas locais, por isso o Benin desenvolveu a capacidade de ampliar mais línguas locais que possível. No Benin, tem 46 dialéticos repartidos em todas as regiões no quais os 8 mais representados são os Peulhs (representam 7,3% da população), Dendi (representam 2,5% da população), Ottamari (representam 6,4% da população), Yoa-Lokpa (representam cerca de 4,3% da população), Adja (representam 15,2% da população), Bariba (representam cerca de 13% da população), Yoruba (representam cerca de 14,5% da população) e Fon (representam cerca de 39,2% da população) segundo o Instituto Nacional da Estatística e de Análise Econômica, INSAE (2002).

4. METODOLOGIA:

Trata-se uma análise de uma realidade particular; uma análise de um “Estudo de um Caso”. Para Laville & Dionne (1999, p. 155): “Tal investigação [a técnica do Estudo de Caso] permitirá inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto”.

Para a efetivação do texto analítico, partimos de situações próprias, da observação participante por acompanharmos “no dia a dia o desenrolar dos acontecimentos” (LLAVILLE & DIONNE, 1999, p. 155), interagindo com a realidade aqui analisada. Assim, como citam os autores supracitados, “[...] as análises da informação assim acumulada permitiram tirar uma série de conclusões [...]” (*Idem*).

Em razão do desenvolvimento da pesquisa de doutorado em Serviço Social na UFPE: “Povo indígena Pankararu no sertão Pernambucano: trabalho e deslocamentos”, paralelamente à metodologia de campo com indígenas que vivem em cidades ribeirinhas do rio São Francisco e suas trajetórias após a construção da usina Hidrelétrica de Itaparica, surgiu a necessidade de desenvolver atividades educativas junto aos indígenas da aldeia Bem Querer de Cima, (aldeia de origem de uma dos dois autores deste texto) como uma forma de devolutiva à comunidade do conhecimento construído na universidade.

Durante o ano de 2018 foram realizadas quatro atividades socioeducativas na aldeia: duas oficinas, duas rodas de conversa. O planejamento e os relatórios das atividades contaram com a assessoria do estatístico economista também autor deste texto. Para 2019, ainda está programada a realização de mais 03 atividades: Um minicurso sobre índios no Nordeste; um minicurso sobre elaboração de projetos comunitários e um encontro de indígenas moradores da cidade.

A execução das primeiras atividades está descrita no quadro e nas imagens que seguem:

Atividades	Objetivos	Participantes
<p>1. Oficina:</p> <p>Nós, Mulheres e os registros das nossas histórias. 20 de julho de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Dialogar sobre nosso cotidiano, sobre diversas formas de linguagens e registros; compartilhar ideias sobre habilidades de leitura e escrita.</i> ✓ <i>Apresentar os primeiros volumes dos livros da Biblioteca Indígena “Geni de Antônia de Sabina” e discutir planos de uso da biblioteca, estudos e escrita indígena.</i> ✓ <i>Planejar a criação de um coletivo como espaço de fortalecimento da vida das mulheres indígenas na Aldeia Bem Querer de Cima.</i> 	<p>Mulheres indígenas Pankararu e suas crianças</p>
<p>2. Oficina:</p> <p>Nós, Mulheres e os registros das nossas histórias. Em parceria com a Associação de Mulheres Indígenas Guerreiras Pankararu – AMIGP 21 de julho de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Dialogar sobre nosso cotidiano, sobre diversas formas de linguagens, registros, escrita;</i> ✓ <i>Compartilhar possibilidades de manuseio da biblioteca Associação de Mulheres Indígenas Guerreiras Pankararu - AMIGP.</i> ✓ <i>Entrega da doação de mais 6 novos volumes para a biblioteca AMIGP (total de 10).</i> 	<p>Mulheres indígenas Pankararu e suas crianças</p>
<p>3. Roda de conversa:</p> <p>Trajetórias Indígenas Pankararu: memórias da aldeia Bem Querer de Cima 22 de julho de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Revisitar a nossa história e respeitar a nossa identidade étnica no sentido do fortalecer a caminhada das famílias indígenas Pankararu da Aldeia Bem Querer de Cima.</i> 	<p>Famílias Pankararu do Bem Querer de Cima</p>
<p>4. Roda de conversa:</p> <p>Indígenas e os desafios da pesquisa na pós-graduação Organizadores: 22 de julho de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Dialogar sobre significados das pesquisas de pós-graduação para indígenas da Terra Indígena Pankararu;</i> ✓ <i>Discutir sobre os desafios da inserção e permanência de indígenas em cursos de pós-graduação;</i> ✓ <i>Compartilhar informações sobre elaboração de projetos de pesquisa.</i> 	<p>Indígenas Pankararu; Professoras das escolas indígenas da TI Pankararu; 3 indígenas Pankararu do Ponto de Cultura Indígena (PCI) da Aldeia Brejo dos Padres.</p>

FIGURA 1: Cartaz da roda de conversa “Índigenas e os desafios da pós-graduação”

As atividades realizadas tinham com objetivo geral, criar espaços de socialização dos conhecimentos adquiridos na Universidade e realizar o planejamento de novas atividades voltadas ao fortalecimento da organização social local.



FIGURA 2: Cartaz da Roda de conversa “Trajetórias indígenas Pankararu: memórias da aldeia Bem Querer de Cima”



FIGURA 3: Cartaz da Oficina “Nós, Mulheres e o registro da nossa história”



FIGURA 4: Cartaz da Oficina “Nós, Mulheres e o registro da nossa história”.



FIGURA 5: Roda de conversa “Trajetórias indígenas Pankararu: memórias da aldeia Bem Querer de Cima”



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as considerações finais, as atividades comunitárias realizadas pelos pesquisadores pós-graduandos em 2018 contribuem para fortalecer a organização social do povo indígena da aldeia Bem Querer de Cima, por se tratar da importante criação de espaços de debate e formação social. Os moradores da aldeia Bem Querer de Cima relatam os diferentes momentos de racismo e preconceitos vividos na região. Consideramos imprescindível a organização dos sujeitos a partir de diferentes espaços de conversa e compartilhamento de informações sobre a história, a origem e os processos históricos de formação das aldeias no Sertão de Pernambuco para o fortalecimento da identidade e a melhoria da organização social em favor da defesa dos direitos dos moradores da aldeia.

6. REFERENCIAS

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Antropologia e direito:** temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia, LACED, Nova Letra, 2012.

LÁZARO, André; MONTECHIARE, Renata. **Universidade para indígenas?** Coleção estudos afirmativos, 8 : universidade para indígenas: a experiência do Paraná / organização Wagner Roberto do Amaral, Letícia Fraga, Isabel Cristina Rodrigues e André Lázaro. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016. 184 p.

ARAUJO, Ana Valéria [et alii]. **Povos Indígenas e a Lei dos “Brancos”: o direito à diferença.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-59-X 208 p. (Coleção Educação para Todos; 14)

INSAE. **Instituto Nacional de Estatística e de Análise Econômica** (2002). Disponível em <http://www.insae-bj.org/>. Acessado em: 20/08/2018.